

$$\text{ISS}=2\%\text{DES}$$

FÓRMULA UTILIZADA NO MANUAL DE ENGENHARIA E NO ACÓRDÃO TCU 2369/2011

LDI = BDI = Lucro e despesas indiretas/Benefício desp. Indiretas

AC = Taxa de rateio da Administração Central

DF = Taxa de Despesas Financeiras

R = Taxa de Riscos + Seguros + Garantias

L = Taxa de Lucro/Remuneração

I = Taxa de Incidência de Impostos (PIS, COFINS, ISS + INSS)

ESTIMATIVA DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS PARA OBRAS E SERVIÇOS		
AC	ADM. CENTRAL	4.00
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	1.23
R	SEGUROS/IMPREVISTOS	2.07
I1	PIS	0.65
I2	COFINS	3.00
I3	ISS	2.00
I4	INSS - CP	3.60
L	LUCRO	7.40
BDI 1 CALCULADO (%)		27.174
BDI 1 ADOTADO (%)		27.20

ESTIMATIVA DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS PARA EQUIPAMENTOS		
AC	ADM. CENTRAL	3.45
DF	CUSTO FINANCEIRO	0.85
R	SEGUROS/IMPREVISTOS	1.33
I1	PIS	0.65
I2	COFINS	3.00
I3	ISS	0.00
I4	INSS - CP	3.60
L	LUCRO	5.10
BDI 2 CALCULADO (%)		19.793
BDI 2 ADOTADO (%)		19.80

Definições:

ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza;

PIS – Programa de integração social;

COFINS – Contribuição para financiamento da seguridade social

Contribuição Previdenciária – Enquanto a Lei nº12.844 (de 19/07/2013) estiver vigente, a Contribuição Previdenciária fará parte do BDI, compondo a fórmula no item I – taxas e tributos. A Lei 13.161 de 31 de agosto de 2015 altera novamente o art. 7º da Lei 12.546/11 tornando a desoneração opcional a partir de 2016 e traz a majoração da alíquota da contribuição substitutiva CPRB-Contribuição previdenciária sobre receita bruta para 4,5%, nos casos em que se aplica. **Sancionada em setembro de 2024, a Lei 14.973/2024 estabelece a reoneração gradual da folha de pagamento: 2025: 5% - 3,6% CP; 2026: 10% - 2,7% CP; 2027: 15% - 1,8% CP; 2028: retorno aos 20% sobre a folha e extinção da cobrança sobre a receita bruta.**

Observações:

1. A porcentagem de ISS pode variar de 2 à 5 %, conforme Legislação Municipal.
2. São adotados valores diferentes de BDI para equipamentos e para serviços, conforme Acórdão TCU 2.369/2011.
3. Os índices utilizados são do Acórdão TCU 2.622/2013